

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasília Class.: 127Data: 10/11/84 Pg.: _____4408
O estado
dos Estados*Índios negociam
na base de juros*

Belém — Os índios Gaviões e a companhia Vale do Rio Doce assinaram, na aldeia Mae Maria, no interior do Pará, um termo de compromisso pelo qual a comunidade autoriza a passagem pelo interior da reserva da ferrovia Carajás-Ponta da Madeira. A CVRD comprometeu-se a depositar uma certa quantidade de dinheiro, em valor ainda não divulgado, em uma caderneta de poupança, em nome da comunidade. Até que seja elaborado um projeto agropecuário em benefício da tribo, os índios poderão sacar mensalmente os juros da conta. Quando o projeto for implantado, o dinheiro servirá para financiá-lo e aí os índios retirarão tanto a correção monetária quanto o capital. Para oficializar o acordo, o cacique Gavião Kokrenum assinará um convênio com a Vale, do qual a Funai será apenas assistente. A empresa também se compromete a policiar a área do projeto e fiscalizar o eixo da ferrovia, nos 15 km por ela percorridos dentro da reserva, para impedir acidentes.

• Soro de Cobra — Alguns tipos não conhecidos de cobras, que poderão dar novas soluções para a produção de soro antiofídico, foram resgatados entre os 48 mil bichos já recolhidos pela Eletronorte na área inundada pela hidrelétrica de Tucuruí, informou ontem o biólogo do Instituto Butantã, Giuseppe Porto.

Segundo a Eletronorte, todos os animais resgatados que despertarem interesses científicos serão encaminhados a institutos de pesquisas nacionais, a exemplo das cobras e das guaribas vermelhas, estudadas pelo Centro Nacional de Primatas de Belém, visando ao combate da malária na região.

Brasília

O presidente da Funai, Nelson Marabuto, informou ontem que o órgão está apurando os fatos que envolveram o abate de árvores e a venda ilegal de madeira do parque indígena do Aripuna (MT), autorizada pelo ex-presidente Jurandy Marcos da Fonseca. Marabuto disse que vai proibir a retirada de madeira do parque, mas que está "fugindo de um confronto com o ex-presidente".

— Não estamos interessados em denunciar porque pode ser uma negociação envolvendo Jurandy, mas sim em apurar uma possível violação do patrimônio indígena — afirmou —, acrescentando que, no caso do arrendamento das terras dos Kadiweu, as irregularidades denunciadas pela Funai foram evidentes, mas ninguém acusou o ex-presidente de ter recebido Cr\$ 150 milhões, embora já esteja provado que a quantia foi paga e não chegou aos cofres do órgão.